

RALÉ PELOTENSE: OS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PARA O COMBATE ÀS ENCHENTES

HERISON DE CARVALHO SILVA¹; FRANCISCO DOS SANTOS KIELING²

¹ Universidade Federal de Pelotas – herison.silva4@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – franciscokielling@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este presente ensaio advém das reflexões provocadas em sala de aula, na disciplina de Sociologia V, no Curso de Ciências Sociais, que tem por ementa o emprego de autores cânones da produção intelectual sociológica brasileira. Para fazer essa análise usei o autor Jessé Souza e suas contribuições ao pensamento sociológico brasileiro. Esta disciplina foi ministrada ao longo do semestre de 2024/1.

Para o exercício proposto em aula eu vou apresentar e relacionar o conceito de *habitus* precário, apresentado por Jessé Souza que dialoga pegando o conceito de *habitus* “emprestado” de Bourdieu, mas com suas adaptações e ajustes para pensar no contexto Brasil, relacionando assim com um termo bastante em voga atualmente que é o racismo ambiental, contextualizando na cidade de Pelotas no período de enchentes em 2024.

A obra abordada foi “Subcidadania Brasileira – Para entender o país além do jeitinho brasileiro”, SOUZA (2018), mais especificamente a parte 3 do livro, intitulada por: “A subcidadania como singularidade Brasileira”. Evoco este autor para refletir sobre o conceito de subcidadania empregado em relação a desigualdade social vivida em períodos de grandes catástrofes climáticas, como a que presenciamos recentemente em abril deste ano (2024), os desastres causados pelas fortes chuvas no Estado de Rio Grande do Sul.

Mais especificamente abordarei o contexto vivido aqui no município de Pelotas, como a realidade de pessoas que perderam temporário ou permanentemente suas casas, que não tiveram alternativas se não depender do esforço coletivo de solidariedade e mobilização de pessoas para atender as demandas básicas de subsistência das pessoas atingidas, ficando, muitas vezes, à mercê da “boa vontade” dos outros.

Jessé Souza inicia sua reflexão fazendo uma relação dialógica com Florestan Fernandes e sua obra “A integração do negro na sociedade de classes (1964), traçando um resgate temporal dos contextos sócio-históricos que marcaram a trajetória do negro no Brasil desde a escravidão até a contemporaneidade, levando a uma classificação de um grupo da camada social mais baixa brasileira, denominado por “ralé” segundo Souza. Fernandes discute a situação do negro na sociedade brasileira em um período próximo da abolição, ou seja, os avanços para pensar tal realidade era tímido se comparado as reflexões atuais, contudo podemos perceber que o reduto atual tem fortes imbricações desse histórico escravocrata, e que a alforria que, não previa condições mínimas de autossustentação logrou aos negros/as uma vida infrutífera no quesito de competitividade capitalista moderna.

Essa atividade de análise tem por objetivo central identificar as desigualdades sociais e as formas de opressões e racismos ambientais exercidos pelo Estado contra vivências periféricas e marginalizadas no período de enchentes na cidade de Pelotas, me apropriando de ferramentas metodológicas de análise crítica do

campo da sociologia brasileira, elevando a discussão do acesso básico, que já é privado o acesso desses grupos minoritários em período de ordenamento ambiental estável, identificando os diversos entraves de acessos quando o período se torna crítico com relação as crises ambientais. Para melhor contextualizar, segue um trecho extraído do podcast Pauta Pública, do episódio 107 Racismo ambiental e justiça climática - com Mariana Belmont (2024), jornalista e pesquisadora organizadora do livro “Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil” (2023):

[...] A culpa não é das chuvas, culpar as chuvas e as famílias não é o caminho. Os municípios, os estados, o Governo Federal eles precisam ser responsabilizados pela falta de ação e adaptação e pelas mortes de soterramento dessas famílias. [...] O termo racismo ambiental descreve a discriminação institucionalizada envolvendo política, prática ou diretrizes ambientais que afetam ou prejudicam, intencionalmente ou não, porque sim, existe a política de falta de infraestrutura que o bairro nobre tem provisão de infraestrutura e os bairros pobres não, isso é uma política colocada. Sim, os bairros pobres têm desenvolvimento urbano, desenvolvimento urbano que ele aumenta a desigualdade social, o racismo, e a política do deixar morrer. As pessoas negras, indígenas, esses grupos raciais que são marginalizados, são todos afetados pelo racismo ambiental que deve ser abordado o máximo possível nos debates sobre os direitos humanos.

Ainda que a jornalista esteja falando em um período anterior ao ocorrido no Rio Grande do Sul ela traz argumentos muito pertinentes a atual conjuntura. Ela está se referindo a enchentes que aconteceram no estado do Rio de Janeiro.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

A reflexão desta análise manifesta-se a partir da situação experienciada da catástrofe das intensas chuvas que provocou diversas inundações, que tem confirmado até o momento o número de 180 vítimas fatais segundo o site do Rádioagência (2024), que ainda deixou muitas famílias sem moradia, estimado 616 pessoas sem moradia no estado.

O autor Jessé Souza é convocado para refletirmos sobre a relação sociológica da identidade de subcidadania delegada as classes mais vulneráveis socioeconomicamente e as dificuldades de garantia de subsistência e sobrevivência em períodos catastróficos.

Ele conceitua o habitus precário como sendo o meio pelo qual as pessoas são distinguidas no Brasil a partir de suas origens, consequentemente raciais, a se considerar o histórico escravocrata brasileiro, em que os negros e negras, após a libertação pela implementação da Lei Áurea, tiveram profundas dificuldades de adaptar-se ao sistema capitalista de competitividade que é o mercado de trabalho. Sendo este um problema de ordem social cognitiva do negro pelo abandono, pois pós serem alforriados não houve o processo de inserção das/os negras/os, ocasionando uma inadaptação dos mesmos.

A ideia do hábitus precário mencionada anteriormente é uma adaptação do conceito de hábitus do Sociólogo francês Pierre Bourdieu, que do original habitus de um determinado grupo social é regulado por sistemas de práticas cotidianas que são “duráveis” ao longo do tempo e “transponíveis” seja de gerações a outras ou

de grupos a outros, consolidando a representatividade dessas práticas. Em outras palavras, o habitus de um determinado grupo é anterior aos sujeitos desse mesmo grupo, esse sistema de habitus regula as práticas do grupo para a reprodução desses habitus com quem se identifica com eles.

Já o habitus precário de Souza segue essa mesma direção, mas em se tratando da experiência escravagista brasileira há uma nova classificação devido o surgimento de uma classe social que em comparação a estrutura social de países do centro do capitalismo, essa classe se encontra abaixo da classe proletária europeia, que é a “ralé”. Para ele a ralé constitui um habitus precário justamente por ser majoritariamente formada por indivíduos recém libertos da escravidão racial. A família negra liberta não dispunha de uma estrutura de funcionamento básico para o sistema capitalista, pois não tiveram condições mínimas para isso, sendo que viveram mais de trezentos anos de escravidão. Ele ainda vai falar que o abandono dessas populações foi o que gerou a inadaptação dos mesmos. Essa inadaptação por abandono é equivalente ao habitus precário.

Essa relação alça o tom da desigualdade em que Souza identifica que na sociedade brasileira contemporânea, na qual distingue pessoas que tem resguardado o direito à vida enquanto outros são subjugados a perecer de acordo com sua colocação ou status social a que pertence, evidenciando que essas desigualdades se expressam mais nitidamente nas classes mais baixas, em que houve no Brasil um processo de alargamento das classes médias, principalmente pós governos que primaram diminuir as desigualdades sociais no país. É nesse contexto que vemos disputas sociais entre uma classe média Pelotense que, ao se deparar com as cheias, em sua grande maioria, conseguiu reverter não a situação da enchente em específico, pois suas casas também foram tomadas, mas em situação de acessar novas moradias, sejam elas fixas ou temporárias, sem precisar exatamente da solidariedade alheia para realizar suas necessidades básicas. Já a “ralé” pelotense, que seriam as camadas mais pobres da cidade, para conseguir essas condições mínimas passou a depender ainda mais de uma rede de apoio solidária e de programas assistencialistas sociais.

Para a realização dessa análise reflexiva foi necessário consultar, além do livro Subcidadania Brasileira de Jessé Souza foi, necessário acessar uma leitura realizada na disciplina de Sociologia IV que foi o capítulo 10 – Pierre Bourdieu, escrito por Gabriel Peters, do livro Os Sociólogos de Auguste Comte a Gilles Lipovetsky, da coletânea Clássicos das Ciências Sociais, organizado por Sarah Silva Telles e Solange Luçan de Oliveira. Houve também uma pesquisa em um podcast chamado Pauta Pública, do episódio 107 Racismo ambiental e justiça climática - com Mariana Belmont (2024), jornalista e pesquisadora organizadora do livro “Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil” (2023) para compreender melhor o que é o racismo ambiental e por fim, a pesquisa no site Radioagência para obter estimativas dos resultados e prejuízos causados pelas enchentes, como o número de mortos ou de pessoas desabrigadas.

Todos os anos estamos lidando com o “novo normal”, as mudanças climáticas ocasionadas pela ação humana predatória do sistema capitalista de acumulação monopolista de capital pela elite dominante, que está nos resultando a cada vez mais crises climáticas sem precedentes, as quais a humanidade global vai ter de encontrar soluções haja visto que muitas delas serão inevitáveis. Isso é o que há de maior relevância para o debate público pois não se é mais possível ignorar essas transformações calamitosas ambientais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema que busquei trabalhar na minha análise foi a “subcidadania brasileira” como marcador social de desigualdades em períodos de crises climáticas como reforço do racismo ambiental, em que as classes mais pobres, negras e minoritárias dispõem de maiores entraves ao acesso de ferramentas para o combate das enchentes e o asseguramento de condições básicas para a manutenção de sua subsistência.

O que veio a mobilizar esse trabalho foi a necessidade em investigar de que maneira cada grupo social da cidade de pelotas conseguiu dispor para enfrentamento das enchentes, e o que foi necessário de mobilização solidária para dar conta das demandas sociais nesse período tão conturbado, evidenciando as marcas da desigualdade em que a classe média da cidade teve condições mais confortáveis para esse enfrentamento do que as pessoas mais pobres. E para melhor explorar esse tema usei dos conceitos sociológicos de Jessé Souza que foi de extrema importância para relacionar essa desigualdade social, que também é fruto de uma desigualdade racial histórica que foi fruto do processo de escravidão e colonização do Brasil. Pensar esse tema é projetar possibilidades de políticas públicas para grupos sociais que já são há séculos desfavorecidos (antes escravizados), e mesmo políticas públicas, atualmente existentes, revelam uma ineficiência ao atender essas populações.

Para desenvolver esse trabalho foi necessária uma profunda compreensão do autor, tendo em vista que ele dialoga com clássicos da sociologia como Pierre Bourdieu e Florestan Fernandes, e os usam para referendar seu trabalho promovendo adaptações das teorias desses clássicos para conduzir uma análise autoral e inovadora, essa relação com esses autores demandou uma leitura mais específica para compreender Souza.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Capítulo de livro

PETERS, Gabriel. Pierre Bourdieu (1930-2002). In: TELLES, S.; OLIVEIRA, S. Os sociólogos: clássicos das Ciências Sociais. Petrópolis: Vozes, p. 188 – 215, 2018. SOUZA, Jessé. Subcidadania Brasileira: Para entender o país além do jeitinho brasileiro. Le Ya, p. 153 – 188, 2018.

Documentos eletrônicos

EP 107 Racismo ambiental e justiça climática - com Mariana Belmont. Podcast Pauta Pública. 16 de fevereiro de 2024. Acessado em 25 de agosto de 2024. Online. Disponível em: <https://apublica.org/podcast/2024/02/podcast-pauta-publica/racismo-ambiental-e-justica-climatica-com-mariana-belmont/#>

Rio Grande do Sul tem 616 mil pessoas fora de casa pela calamidade. Agência Brasil, Brasília, 03 de junho de 2024. Acessado em 26 de agosto de 2024. Online. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/rio-grande-do-sul-tem-616-mil-pessoas-fora-de-casa-pela-calamidade>

Sobe para 180 o número de mortos pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Radioagência, Brasília, 03 de julho de 2024. Acessado em 25 de agosto de 2024. Online. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-07/sobe-para-180-numero-de-mortos-pelas-enchentes-no-rio-grande-do-sul>